



Agenda setorial para a política industrial

34

Mapa Estratégico
DA INDÚSTRIA 2013-2022
UMA AGENDA PARA A COMPETITIVIDADE

 PROPOSTAS DA INDÚSTRIA
Eleições 2014

Agenda setorial para a política industrial

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

1º VICE-PRESIDENTE

Paulo Antonio Skaf (licenciado)

2º VICE-PRESIDENTE

Antônio Carlos da Silva

3º VICE-PRESIDENTE

Flavio José Cavalcanti de Azevedo (licenciado)

VICE-PRESIDENTES

Paulo Gilberto Fernandes Tigre

Alcantaro Corrêa

José de Freitas Mascarenhas

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Rodrigo Costa da Rocha Loures

Roberto Proença de Macêdo

Jorge Wicks Côrte Real (licenciado)

José Conrado Azevedo Santos

Mauro Mendes Ferreira (licenciado)

Lucas Izoton Vieira

Eduardo Prado de Oliveira

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR FINANCEIRO

Francisco de Assis Benevides Gadelha

2º DIRETOR FINANCEIRO

João Francisco Salomão

3º DIRETOR FINANCEIRO

Sérgio Marcolino Longen

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Paulo Afonso Ferreira

2º DIRETOR SECRETÁRIO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio Rocha da Silva

DIRETORES

Olavo Machado Júnior

Denis Roberto Baú

Edílson Baldez das Neves

Jorge Parente Frota Júnior

Joaquim Gomes da Costa Filho

Eduardo Machado Silva

Telma Lucia de Azevedo Gurgel

Rivaldo Fernandes Neves

Glauco José Côrte

Carlos Mariani Bittencourt

Roberto Cavalcanti Ribeiro

Amaro Sales de Araújo

Sergio Rogerio de Castro (licenciado)

Julio Augusto Miranda Filho

CONSELHO FISCAL

TITULARES

João Oliveira de Albuquerque

José da Silva Nogueira Filho

Carlos Salustiano de Sousa Coelho

SUPLENTES

Célio Batista Alves

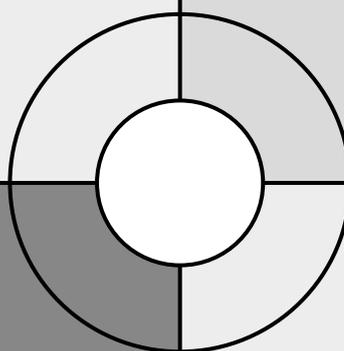
Haroldo Pinto Pereira

Francisco de Sales Alencar



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



Agenda setorial para a política industrial

34

Mapa Estratégico

DA INDÚSTRIA 2013-2022

UMA AGENDA PARA A COMPETITIVIDADE

BRASÍLIA, 2014



PROPOSTAS DA INDÚSTRIA

Eleições 2014

©2014. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Diretoria de Desenvolvimento industrial – DDI

FICHA CATALOGRÁFICA

C748a

Confederação Nacional da Indústria.

Agenda setorial para a política industrial. – Brasília : CNI, 2014.

59 p. : il. – (Propostas da indústria eleições 2014 ; v. 33)

1. Política Industrial. 2. Cadeia Produtiva. I. Título. II. Série.

CDU: 338

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9000

Fax: (61) 3317-9994

<http://www.cni.org.br>

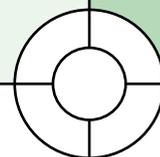
Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br

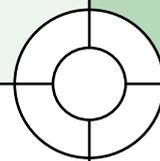
O **Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022** apresenta diretrizes para aumentar a competitividade da indústria e o crescimento do Brasil. O Mapa apresenta dez fatores-chave para a competitividade e este documento é resultado de um projeto ligado ao fator-chave Desenvolvimento de Mercados.





SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 9 |
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 METODOLOGIA..... | 19 |
| 2 ASSIMETRIA ENTRE OS SETORES | 21 |
| 3 DÉFICIT DE COMPETITIVIDADE – PONTOS DE CONVERGÊNCIA | 23 |
| 4 A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA..... | 27 |
| ANEXO - AGENDAS SETORIAIS..... | 29 |
| LISTA DAS PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA AS ELEIÇÕES 2014 | 57 |



SUMÁRIO EXECUTIVO

O exame das agendas setoriais da indústria aponta para duas áreas de atenção:

- **A “agenda da urgência”**, mais intensiva em instrumentos horizontais, focados no equacionamento dos entraves sistêmicos à competitividade, reunidos em torno do conceito do Custo Brasil;
- **A “agenda estratégica”**, focada na transformação da estrutura industrial que tornará o país mais competitivo, diversificado e com uma maior capacidade de aproveitar as oportunidades que derivam das tendências de crescimento do comércio internacional em bens de maior intensidade tecnológica, com uma participação maior de políticas verticais.

O desafio da política industrial é implementar essas duas agendas em paralelo, via adoção de medidas que sejam capazes de lidar com os desafios do curto prazo e, simultaneamente, contribuir para fazer a ligação dessas com ações e objetivos de longo prazo. Para isso, deve-se mobilizar amplo conjunto de instrumentos de políticas, empregando tanto os de caráter horizontal quanto aqueles de natureza mais setorial.

A política industrial que integra essas agendas é concebida em torno de sete prioridades.

Aumentar a competitividade da indústria e do país. Essa é uma condição básica para a sustentação do crescimento da economia e elevação da renda da população.

Promover o aumento da produtividade nas cadeias produtivas. Há o desafio da mobilização de instrumentos e instituições que favoreçam o aumento da eficiência nas cadeias produtivas e a redução das diferenças dos níveis de produtividade entre empresas.

Fomentar o adensamento das cadeias produtivas, com o objetivo de agregar maior valor e tecnologia à produção. O fortalecimento dos elos fornecedores de partes, peças e componentes de produtos e serviços que sejam portadores de maior valor agregado é fundamental para viabilizar a mudança estrutural da indústria e aumentar o peso de setores mais intensivos em tecnologia e valor agregado. O desenho de políticas deve assegurar a consistência interna dos demais instrumentos de política industrial para que estes não agravem os problemas de produtividade.

Estimular o surgimento de novos setores e atividades que concorram para a transformação estrutural da indústria. O aproveitamento de oportunidades associadas a novas tecnologias depende, em muitos casos, de avanços institucionais. As mudanças tecnológicas exigem o aperfeiçoamento e/ou criação de regulações que eliminem obstáculos ou gerem a segurança jurídica necessária para o desenvolvimento da nova indústria. É preciso que a regulação atue como indutora da inovação e da mudança.

Alcançar maior escala empresarial a partir da exploração do potencial do mercado interno. O dinamismo do mercado interno deve ser usado para gerar forças competitivas para a conquista e a expansão de mercados internacionais e viabilizar uma estrutura industrial mais aberta e competitiva em segmentos intensivos em conhecimento e com maior potencial de geração de renda.

Internacionalizar a economia brasileira, por meio do aumento das exportações e do investimento brasileiro no exterior.

Imprimir sentido de urgência para a solução dos problemas que afetam a competitividade. São problemas conhecidos, mas a velocidade de implementação não tem acompanhado os desafios que as empresas estão enfrentando.

Recomendações

1. Dar prioridade a propostas que possam ser implementadas no ciclo de uma gestão e sejam capazes de reverter o quadro de baixa competitividade da indústria

Ter foco é fundamental. É importante que as políticas setoriais se concentrem em um conjunto numericamente limitado de medidas. **Agendas muito amplas tendem a ser pouco efetivas**, pois: i) demandam muito tempo e esforço nas etapas de construção, detalhamento e validação, sacrificando a etapa de execução; ii) sua execução se torna excessivamente complexa e custosa, o que reduz sua viabilidade; iii) a falta de priorização abre espaço para a implementação de medidas de menor impacto na competitividade.

Para gerar credibilidade e comprometimento do setor privado, **o processo de priorização deve ater-se a propostas que possam ser implementadas em uma gestão** e capazes de reverter o quadro de baixa competitividade da indústria e criar as bases para o desenvolvimento das respectivas cadeias produtivas.

2. Implementar uma “agenda da urgência” com medidas horizontais e corretivas

Entre as medidas horizontais priorizadas pelos setores, ainda que adaptadas ao contexto de cada um, destacam-se:

- **Aperfeiçoamento da tributação**, com redução da carga tributária, simplificação do sistema tributário, eliminação da tributação sobre o investimento e exportações e alongamento do prazo de recolhimento de tributos;
- **Regimes tributários setoriais** – alguns setores demandam a criação de regimes tributários específicos que desonerem insumos, investimentos e/ou bens finais. Outros, ao contrário, propõem sua extinção, argumentando que oferecem tratamento favorecido a bens importados. O viés importador de alguns regimes tributários reflete a disfuncionalidade do sistema tributário brasileiro, que não permite a eliminação completa dos créditos tributários acumulados ao longo da cadeia dentro do país e acaba onerando o produto nacional em relação ao importado;
- **Utilização do poder de compra do Estado** com aplicação de margem de preferência para a produção local;
- **Criação e aperfeiçoamento de políticas de conteúdo local** – o aperfeiçoamento das políticas de conteúdo local deve considerar a adoção de critérios para diferenciar

bens com tecnologia desenvolvida no país daqueles apenas fabricados localmente, assumindo um formato mais estratégico, com maior capacidade de indução do desenvolvimento tecnológico. Deve, ainda, considerar os impactos sistêmicos de tais políticas sobre as cadeias atingidas, considerando atributos como preço, prazo e atualização tecnológica;

- Criação de um **programa para a modernização do parque industrial brasileiro** com vistas à redução da idade média de máquinas e equipamentos e aumento da produtividade;
- Adoção de solução definitiva que **elimine o acúmulo de créditos tributários decorrentes da atividade exportadora** – enquanto este objetivo não for alcançado, manter o Reintegra¹;
- **Desoneração da folha de pagamentos** – ampliação e/ou continuidade do instrumento;
- **Financiamento** – medidas voltadas à criação e ampliação de linhas de financiamento e, sobretudo, à prorrogação/perenização do Programa de Sustentação do Investimento, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES PSI).
- **Outras medidas** – melhoria da infraestrutura; aumento dos recursos destinados à pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), inclusive para as pequenas e médias empresas (PMEs); promoção da internacionalização; modernização das relações de trabalho; defesa comercial; eliminação de assimetrias tributárias e regulatórias que favorecem produtos importados.

3. Implementar uma política industrial que leve em conta as assimetrias setoriais de competitividade e contenha instrumentos capazes de lidar com essas distintas realidades

Os diversos setores da indústria estão submetidos a cenários de competitividade distintos, refletindo a combinação de fatores que vão desde a conjuntura interna e externa e da concorrência internacional até a própria estrutura e estágio de desenvolvimento das cadeias no Brasil. Por isso, **a política industrial brasileira deve enxergar essas assimetrias setoriais e desenhar instrumentos capazes de lidar com realidades distintas.**

¹ Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras.

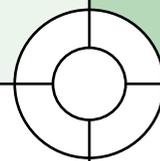
Há setores com maiores dificuldades competitivas, cuja prioridade é a preservação do *market share*, e outros com uma agenda mais positiva, que inclui o fomento a atividades de P,D&I e ao desenvolvimento de novos mercados (como os setores farmacêuticos e outros setores com potencial para avançar na área de bioeconomia, o setor aeroespacial e de defesa, a cadeia produtiva de petróleo e gás, setores ligados à tecnologia da informação e comunicação).

4. Estabelecer no país uma institucionalidade que estimule a articulação entre os entes do Estado e promova sua interação com o setor privado

A abrangência das propostas, a forma diferenciada como cada uma delas pode impactar diferentes setores e, em muitos casos, a necessidade de mobilizar diversos instrumentos de política para superar os principais obstáculos ao desenvolvimento industrial brasileiro reforçam a **necessidade de se estabelecer um modelo eficaz de governança**.

A análise das melhores práticas em política industrial recomenda a **criação de uma institucionalidade que estimule a articulação entre os entes do Estado e promova sua interação com o setor privado. Entende-se que tão importante quanto a interlocução entre o governo e o setor privado é a coordenação entre os diferentes órgãos de governo responsáveis pela execução da política industrial**. Sem ignorar que a execução das políticas públicas é atribuição exclusiva do Estado, esta interação visa permitir:

- a definição transparente das opções estratégicas do Governo;
- a identificação e o diagnóstico preciso dos problemas que afetam os diferentes segmentos da economia e limitam seu desenvolvimento;
- a identificação das reais oportunidades e dos estímulos necessários para que sejam aproveitadas;
- desenhar medidas de política e validá-las, de modo que tenham os resultados esperados;
- assumir compromissos e contrapartidas;
- avaliar resultados e fazer os ajustes necessários ao longo do percurso;
- dar maior transparência à aplicação dos recursos e prestar contas à sociedade.



INTRODUÇÃO

O exame das agendas setoriais da indústria aponta para duas áreas de atenção: a “**agenda da urgência**”, focada no restabelecimento de condições de competitividade sistêmica, e a “**agenda estratégica**”, voltada para a transformação da estrutura industrial que tornará o país competitivo no médio e no longo prazos.

Enquanto a agenda da urgência é mais intensiva em instrumentos horizontais, voltados ao equacionamento dos principais entraves à competitividade reunidos em torno do conceito do Custo Brasil, a agenda estratégica tem maior foco nas políticas setoriais.

O desafio da política industrial é implementar essas duas agendas em paralelo, adotando medidas que sejam capazes de lidar com os desafios do curto prazo e, simultaneamente, contribuindo para fazer a ligação dessas medidas com ações e objetivos de longo prazo. Para isso, deve-se mobilizar um amplo conjunto de instrumentos de políticas, empregando tanto os de caráter horizontal, com impactos importantes nas cadeias produtivas, quanto aqueles de natureza mais setorial.



A política industrial que integra essas agendas deve ser concebida em torno de sete prioridades:

- 1. Aumentar a competitividade da indústria e do país.** Essa é uma condição básica para a sustentação do crescimento da economia e a elevação da renda da população.
- 2. Promover o aumento da produtividade nas cadeias produtivas.** Há o desafio da mobilização de instrumentos e instituições que favoreçam o aumento da eficiência nas cadeias produtivas e a redução das diferenças dos níveis de produtividade entre empresas.
- 3. Fomentar o adensamento das cadeias produtivas,** com o objetivo de agregar maior valor e tecnologia à produção. O fortalecimento dos elos fornecedores de partes, peças e componentes de produtos e serviços que tenham maior valor agregado é fundamental para viabilizar a mudança estrutural da indústria e aumentar o peso de setores mais intensivos em tecnologia e de maior valor agregado. O desenho de políticas deve assegurar a consistência interna dos demais instrumentos de política industrial para que estes não agravem os problemas de produtividade.
- 4. Estimular o surgimento de novos setores e atividades, que contribuam para a transformação estrutural da indústria.** O aproveitamento de oportunidades associadas a novas tecnologias depende, em muitos casos, de avanços institucionais.

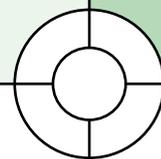
As mudanças tecnológicas exigem o aperfeiçoamento e/ou criação de regulações que eliminem obstáculos ou gerem a segurança jurídica para o desenvolvimento da nova indústria. É preciso que a regulação atue como indutora da inovação e da mudança.

- 5. Alcançar maior escala empresarial, a partir da exploração do potencial do mercado interno.** Na estratégia de adensamento e fortalecimento das cadeias produtivas industriais, é preciso que o Brasil aproveite melhor o tamanho do seu mercado interno, que será importante na obtenção de escalas empresariais compatíveis com os níveis atuais da concorrência internacional. Isso não significa voltar o aparelho produtivo do país para o mercado interno: pelo contrário, o dinamismo do mercado interno gera forças competitivas para a conquista e a expansão de mercados internacionais, viabilizando uma estrutura industrial mais aberta e competitiva em segmentos intensivos em conhecimento e com maior potencial de geração de renda.
- 6. Internacionalizar a economia brasileira,** por meio do aumento das exportações e do investimento brasileiro no exterior.
- 7. Imprimir sentido de urgência para a solução dos problemas que afetam a competitividade.** São problemas conhecidos, mas a velocidade de implementação de suas soluções não tem acompanhado os desafios que as empresas estão enfrentando. Manter o foco no longo prazo, na indústria que o Brasil precisará ter em 15, 20 anos, é fundamental, portanto, para direcionar corretamente as estratégias no curto prazo.

Precisamos andar para a direção certa e precisamos fazer isso mais rápido do que os nossos concorrentes se quisermos reduzir e eliminar o *gap* existente.

Convém, nesse caso, avaliar experiências internacionais que possam servir de exemplo para um planejamento estratégico de longo prazo. A Coreia do Sul é certamente uma das referências, com um instituto² dedicado ao estudo prospectivo de tecnologias, produtos e mercados (inclui, portanto, a variável econômica), e à criação de cenários. Uma estrutura institucionalizada como essa dá ao Estado maior capacidade de antecipação de investimentos e mobilização empresarial, governamental e educacional, atuando na regulação pertinente para preparar o desenvolvimento futuro.

² KEIT – Korea Evaluation Institute of Industrial Technology. Index. Disponível em: <www.keit.re.kr/eng/index.do>. Acesso em: 06 jul. 2014.



1 METODOLOGIA

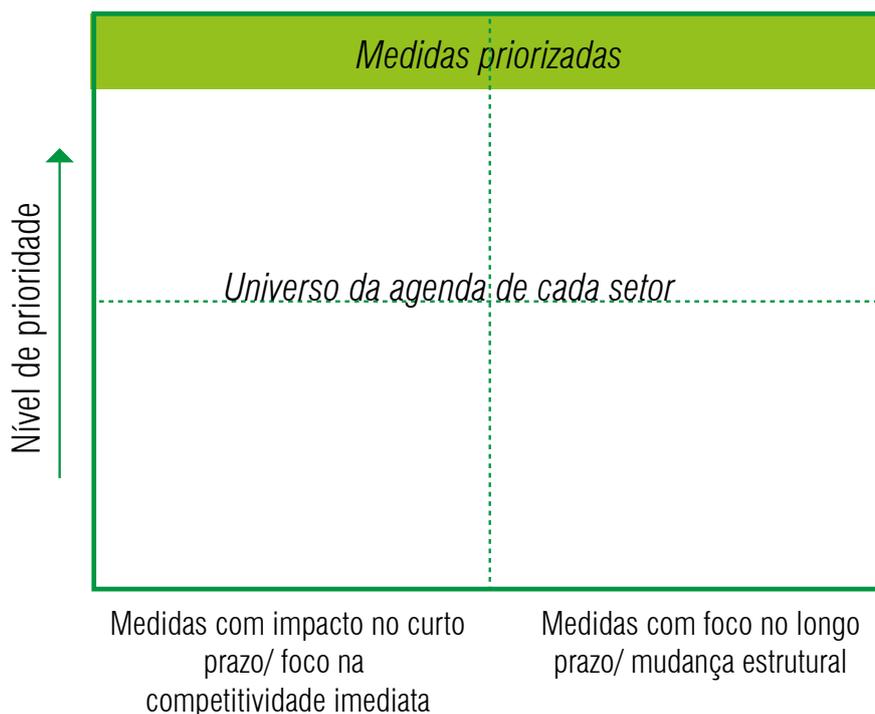
As agendas setoriais aqui apresentadas compõem um conjunto numericamente limitado de medidas, bastante focado naquelas que têm melhores condições de, no curto prazo, reverter o quadro de baixa competitividade da indústria e criar as bases para o desenvolvimento das respectivas cadeias produtivas. Evita-se, desse modo, trabalhar com agendas muito amplas, que tendem a ser prejudicadas por três fatores fundamentais:

- Os processos de construção, detalhamento e validação demandam muito tempo e esforço dos órgãos envolvidos e, conseqüentemente, sobra pouco tempo para a execução;
- Por serem muito amplas, com um grande número de medidas, sua execução torna-se excessivamente complexa do ponto de vista gerencial e custosa para o Estado, o que termina, ao menos parcialmente, inviabilizando sua implementação;
- Na ausência de priorização das medidas, a execução pode incluir iniciativas de menor impacto na competitividade, reduzindo a credibilidade da política.

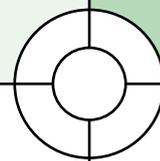
Trata-se, portanto, de um conjunto de propostas prioritárias que podem ser implementadas em uma gestão. Nesse contexto, esse conjunto de medidas não deve ser visto como

substituto das agendas produzidas pelas associações setoriais, muito mais amplas, cuja execução poderá demandar muitos anos e várias gestões.

O processo de priorização das medidas envolveu consultas às diversas associações setoriais participantes do Fórum Nacional da Indústria e ao Conselho de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da CNI (COPIN).



É importante destacar que o fato dessa agenda estar concentrada em medidas prioritárias não é, de forma alguma, incompatível com a construção de estratégias de longo prazo. Ao contrário, há medidas com potencial para promover transformações relevantes e necessárias na estrutura industrial, cujos efeitos apenas serão sentidos no longo prazo, mas que precisam ser iniciadas imediatamente. Há, também, elementos que devem ser assumidos como etapas necessárias para se transitar do cenário atual para o futuro.



2 ASSIMETRIA ENTRE OS SETORES

As propostas encaminhadas pelos diferentes setores evidenciam cenários de competitividade distintos. Eles resultam da combinação de fatores que vão desde a conjuntura interna e externa e a concorrência internacional até a própria estrutura e estágio de desenvolvimento das cadeias produtivas no Brasil.

É fundamental que a política industrial leve em consideração essas assimetrias setoriais e desenhe instrumentos capazes de lidar com realidades distintas.

Por um lado, há setores com maiores dificuldades competitivas, nos quais a prioridade é a preservação do *market-share* e o restabelecimento de condições para crescer.

Há outros, contudo, com uma agenda mais positiva, focada no desenvolvimento de ativos. Suas agendas para as políticas industriais passam por medidas ligadas ao fomento a atividades de P,D&I e ao desenvolvimento de novos mercados.

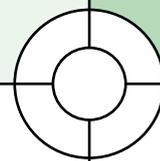
Um exemplo é o setor farmacêutico, com as oportunidades abertas pelo desenvolvimento de medicamentos biotecnológicos. Trata-se de uma clara oportunidade de desenvolvimento para o país, pois há empresas no Brasil com escala relativamente grande e capitalizadas para entrar em um setor de ponta como esse, no qual as barreiras à entrada ainda não estão cristalizadas.

Outras oportunidades podem ser identificadas nos demais setores com potencial para avançar na área da bioeconomia. Em ambos os casos, aspectos regulatórios assumem, com frequência, importância igual ou maior do que temas como financiamento e tributação, uma vez que as estratégias das empresas que operam em setores regulados são condicionadas pela atuação de suas respectivas agências reguladoras, que podem ter papel decisivo na criação de um ambiente seguro e previsível que estimule a inovação.

Merecem destaque, ainda, os setores Aeroespacial e de Defesa, e de Petróleo e Gás, cujos investimentos previstos para os próximos anos têm condições de alavancar o desenvolvimento produtivo e tecnológico de suas cadeias produtivas.

Em outros setores, programas mobilizadores poderão induzir o desenvolvimento de importantes segmentos. Como exemplo, podem ser citadas oportunidades ligadas à chamada “internet das coisas”, que inclui o conceito de redes elétricas inteligentes e cidades inteligentes, entre outros. A operacionalização de programas dessa natureza pode ser feita de modo a fomentar o desenvolvimento tecnológico local no setor de tecnologia da informação e da comunicação (TIC).

Tais oportunidades, entretanto, só serão concretizadas se amparadas por políticas industriais adequadas.



3 DÉFICIT DE COMPETITIVIDADE – PONTOS DE CONVERGÊNCIA

Para a elaboração deste documento, a CNI solicitou que as entidades elencassem as medidas setoriais mais relevantes para promover o desenvolvimento de cada cadeia ou setor. Apesar disso, boa parte das entidades consultadas apresentou propostas de caráter tipicamente horizontal e corretivo, deixando em segundo plano ações relacionadas ao desenvolvimento de ativos e competências.

Isso reflete, em grande medida, o déficit de competitividade da economia brasileira e sinaliza a gravidade dos problemas que afetam o ambiente de negócios do país e a lenta evolução das ações para sua superação.

Entre as medidas horizontais demandadas, ainda que adaptadas ao contexto de cada setor, destacam-se:

- **Aperfeiçoamento da tributação** – não apenas no que diz respeito à redução da carga, mas também, e de forma bastante frequente, no que tange à simplificação do sistema tributário. O tema da simplificação chegou a ser citado como ainda mais prejudicial do que a própria carga tributária, pois gera insegurança jurídica que, em muitos casos, limita ou até mesmo impede o aproveitamento de incentivos fiscais existentes

(para inovação, por exemplo). Foram citadas, também, medidas visando disciplinar o instituto da substituição tributária e alongar o prazo de recolhimento de tributos, de modo a compatibilizá-los com os prazos de recebimento da indústria.

- **Regimes tributários setoriais** – alguns setores demandam a criação de regimes tributários específicos, que desonerem insumos, investimentos e/ou bens finais. Outros, ao contrário, propõem sua extinção, argumentando que oferecem tratamento favorecido a bens importados. O viés importador de alguns regimes tributários reflete a disfuncionalidade do sistema tributário brasileiro, que não permite a eliminação completa dos créditos tributários acumulados ao longo da cadeia dentro do país e acaba onerando o produto nacional em relação ao importado.
- **Utilização do poder de compra do Estado** – adoção e/ou fortalecimento da política de compras governamentais, com emprego da margem de preferência estabelecida pela Lei nº 12.349.
- **Criação e aperfeiçoamento de políticas de conteúdo local** – enquanto algumas entidades demandam a criação de exigências de conteúdo local para seus setores, outras sugerem o aperfeiçoamento ou a ampliação dos regimes existentes, com adoção de critérios para diferenciar bens com tecnologia desenvolvida no país daqueles apenas fabricados localmente, indicando que a política de conteúdo local poderia assumir um formato mais estratégico, indutor do desenvolvimento tecnológico. Ao priorizar apenas a produção física, perde-se de vista o estímulo da demanda a atividades de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, fundamentais para o enraizamento das ações de produção posteriores e para o acúmulo tecnológico que possibilitará às empresas maior dinamismo competitivo no mercado internacional e frente às importações. Finalmente, as políticas de conteúdo local devem considerar seus impactos sistêmicos sobre as cadeias atingidas, considerando atributos como preço, prazo e atualização tecnológica.
- **Criação de um programa para a modernização do parque industrial brasileiro**, com vistas à redução da idade média de máquinas e equipamentos e aumento da produtividade.
- **Adoção de solução definitiva que elimine o acúmulo de créditos tributários decorrentes da atividade exportadora** – enquanto este objetivo não for alcançado, manter o Reintegra.

- **Desoneração da folha de pagamentos** – ampliação e/ou continuidade do instrumento.
- **Agendas Tecnológicas Setoriais** – apesar de ser uma demanda claramente setorial, é digna de registro a prioridade que muitos setores têm dado ao tema inovação, cobrando apoio do Estado para a elaboração e a implementação de agendas tecnológicas setoriais.
- **Financiamento** – medidas voltadas à criação e à ampliação de linhas de financiamento e, sobretudo, à prorrogação/perenização do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), à continuidade de programas de fomento à inovação da FINEP e à criação e fortalecimento de instrumentos de garantia de crédito.
- **Outras medidas** – citadas com menor frequência, mas ainda assim bastante presentes, estão medidas voltadas à melhoria da infraestrutura; aumento dos recursos destinados à pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I), inclusive para pequenas empresas, que costumam ter acesso limitado aos programas; promoção da internacionalização por meio de acordos comerciais e intensificação de ações de promoção; modernização das relações de trabalho; defesa comercial; eliminação de assimetrias tributárias e regulatórias em favor de produtos importados; entre outras.

Essas e outras medidas encontram-se detalhadas em documentos da publicação *Propostas da Indústria para as Eleições 2014*³.

A frequência e a forma assumidas por demandas relacionadas a políticas de compras governamentais, exigências de conteúdo local, criação de regimes especiais e aplicação de instrumentos tributários em setores específicos podem ser interpretadas como um indicativo da gravidade do cenário de baixa competitividade da economia brasileira.

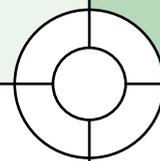
Diante da persistência de tal cenário, e na ausência de uma sinalização de que medidas de caráter sistêmico serão tomadas, os setores disputam, no varejo, a aplicação setorial de instrumentos tipicamente horizontais. O resultado, à medida que tais demandas vão sendo

³ Modernização e desburocratização trabalhista: propostas para avançar; Desburocratização tributária e aduaneira: propostas para simplificação; Acordos Comerciais: uma agenda para a indústria brasileira; Terceirização: o imperativo das mudanças; Financiamento à inovação: a necessidade de mudanças; Cumulatividade: eliminar para aumentar a competitividade e simplificar; entre outros.

pontualmente atendidas, é o aprofundamento e a cristalização de distorções e assimetrias entre empresas e setores e, em muitos casos, o aumento da complexidade para o cumprimento das obrigações tributárias.

Algumas demandas também evidenciam outro lado negativo de muitas políticas brasileiras pró-competitividade: seu caráter transitório. Muitas delas precisam ser renovadas anualmente ou, por restrições legais, têm prazo máximo de vigência de cinco anos, o que dificulta o cálculo empresarial e o planejamento de longo prazo, reduzindo sua eficácia. Além disso, o período próximo ao vencimento de tais medidas mobiliza um grande esforço de articulação de empresas, entidades de representação e do próprio governo. Um desperdício de tempo e energia que poderia ser direcionado para atividades produtivas.

Com relação às políticas de conteúdo local, podem ser um instrumento para induzir transformações de caráter mais estrutural, estimulando o surgimento de novas atividades, a incorporação de novas tecnologias e até mesmo a inserção virtuosa do país em cadeias globais de valor. Estão associadas aos conceitos de retornos crescentes de escala, aprendizado (*learning-by-doing*) e de vantagens comparativas dinâmicas. Por outro lado, empregar políticas de conteúdo local apenas para compensar a incapacidade do Estado em implementar medidas voltadas ao aumento da competitividade sistêmica é fazer um uso limitado do instrumento, além de representar o risco de se proporcionar alívio temporário dos sintomas da baixa competitividade sem atuar em suas verdadeiras causas.



4 A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA

As propostas setoriais apresentadas a seguir devem ser vistas como ponto de partida para um trabalho de aprofundamento das agendas setoriais da indústria brasileira.

A abrangência das sugestões, a forma diferenciada como cada uma delas pode impactar diferentes setores e, em muitos casos, a necessidade de mobilizar diversos instrumentos de política para superar os principais obstáculos ao desenvolvimento industrial brasileiro reforçam a imprescindibilidade de se estabelecer um modelo eficaz de governança.

A análise das melhores práticas em política industrial recomenda a criação de uma institucionalidade que estimule a articulação entre os entes do Estado e promova sua interação com o setor privado. Sem ignorar que a execução das políticas públicas é atribuição exclusiva do Estado, essa interação visa permitir:

- a definição transparente das opções estratégicas do governo;
- a identificação e o diagnóstico preciso dos problemas que afetam os diferentes segmentos da economia e limitam seu desenvolvimento;

- a identificação das reais oportunidades e dos estímulos necessários para que sejam aproveitadas;
- a desenho de políticas e sua validação, de modo que tenham os resultados esperados;
- assumir compromissos e contrapartidas;
- avaliar resultados e fazer os ajustes necessários ao longo do percurso;
- dar maior transparência à aplicação dos recursos e prestar contas à sociedade.

Assim, mais importante do que ter uma lista de medidas e setores, definida à priori, é desenhar um processo e um modelo de gestão e governança que permitam defini-los de forma eficaz e transparente.

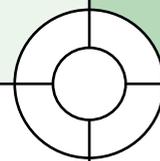
A importância da criação de instituições eficazes é reforçada pelo fato de que mesmo políticas horizontais têm impacto diferenciado entre setores. Entender os obstáculos setoriais é fundamental para a execução de uma boa política industrial.

Sugere-se que o modelo de governança seja estruturado em dois níveis: um estratégico, no qual autoridades do governo (ministros) e lideranças do setor privado discutam questões de ordem estruturante e assumam compromissos, traçando diretrizes que orientarão a atuação do nível mais operacional, de caráter técnico, responsável pelo desenho das políticas e por seu acompanhamento.

Do ponto de vista da gestão da política, é necessário que os órgãos do Estado responsáveis por sua formulação e implementação e suas equipes sejam corretamente dimensionados e tenham competências compatíveis com os desafios assumidos.

Finalmente, tão importante quanto a interlocução entre o governo e o setor privado é a coordenação entre os diferentes órgãos governamentais responsáveis pela execução da política industrial.

É fundamental que o desenho do modelo de governança leve em consideração essas duas dimensões: público-privada e público-público.



ANEXO - AGENDAS SETORIAIS

Aeronáutica, espacial e defesa

Implantar programa de Plataformas Demonstradoras Tecnológicas

Os acordos existentes no comércio internacional impõem limites ao apoio financeiro governamental para o desenvolvimento de uma nova aeronave. Admite-se, contudo, políticas de apoio ao desenvolvimento pré-competitivo de tecnologias, que podem ser aplicadas em diferentes produtos, inclusive fazendo uso de protótipos. Exemplos são os “Framework Programs” da União Europeia e os projetos aeronáuticos financiados pela Agência Espacial Norte-Americana (NASA). No Brasil, esse conceito tem sido denominado “Plataformas Demonstradoras Tecnológicas”.

Proposta: execução de um programa de Plataformas Demonstradoras Tecnológicas para o setor aeronáutico, fundamental para a competitividade dessa indústria e para consolidar e expandir sua liderança mundial.

Políticas para empresas estratégicas de defesa

As aquisições das Forças Armadas devem ser alinhadas com a Estratégia Nacional de Defesa, priorizando produtos com tecnologia desenvolvida no Brasil, que devem ter tratamento distinto daqueles simplesmente fabricados localmente.

A Lei nº 12.598, que estabelece os conceitos de empresa estratégica de defesa (EED) e produto estratégico de defesa (PED), permite que a política de compras atenda aos objetivos estratégicos de desenvolvimento da base industrial de defesa.

Propostas:

- Colocar em prática os dispositivos da Lei nº 12.598, no que tange à política de compras das Forças Armadas;
- Desenvolver linhas de financiamento conjugadas a um fundo de garantia para empresas estratégicas de defesa, para projetos relativos a produtos estratégicos de defesa que envolvam capacitação tecnológica, produção e desenvolvimento local, atendendo o que prevê o art. 6º da Lei nº 12.598/2012 e os arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.970/2013⁴.
- Conjuguar os instrumentos de compras governamentais com os programas de Plataformas Demonstradoras Tecnológicas, com o objetivo de viabilizá-los economicamente.

Apoio a programas de redução do impacto ambiental da aviação

A redução do impacto ambiental da aviação civil está diretamente ligada ao desenvolvimento tecnológico das aeronaves e envolve fatores como diminuição de peso, melhoria aerodinâmica, eficiência de motores e o uso de biocombustíveis (bioquerosene de aviação).

⁴ "Art. 6º As EED terão acesso a regimes especiais tributários e financiamentos para programas, projetos e ações relativos, respectivamente, aos bens e serviços de defesa nacional de que trata o inciso I do caput do art. 8º e a PED, nos termos da lei." O Decreto nº 7.970, de 28/03/2013, regula a referida Lei (exceto o RETID) e no seu capítulo V, estabelece: DOS FINANCIAMENTOS ÀS EMPRESAS ESTRATÉGICAS DE DEFESA - "Art. 17. As EED terão acesso a financiamentos para programas, projetos e ações relativos, respectivamente, a bens e serviços de defesa nacional de que trata o inciso I do caput do art. 8º da Lei nº 12.598, de 2012, e a PED, nos termos da legislação específica. Art. 18. Para fins do disposto no art. 6º da Lei nº 12.598, de 2012, serão priorizados os financiamentos destinados a atender às diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, os projetos que envolvam capacitação tecnológica, produção e desenvolvimento de conteúdo local".

Proposta: estabelecimento de programas para apoiar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias que reduzam o impacto ambiental da aviação civil, fundamental para viabilizar a competitividade da indústria aeroespacial brasileira no longo prazo.

Prorrogação do RETAERO

O Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira – RETAERO, instituído pela Lei nº 12.249/2010, promoveu a desoneração da cadeia aeronáutica brasileira, reduzindo a assimetria tributária que havia em favor de produtos importados.

A continuidade do RETAERO tem um papel estratégico para potencializar as oportunidades de desenvolvimento da cadeia produtiva decorrentes dos *offsets* do programa FX2, da Aeronáutica.

Proposta: renovar o período de vigência do RETAERO.

Desenvolvimento dos veículos lançados de miniSSatélite

A atividade relativa a veículos espaciais engloba satélites e seus veículos de lançamento, sendo os últimos extremamente estratégicos, pois, por meio deles, tem-se acesso ao espaço, sendo esse o elo fraco da execução do Programa Nacional de Atividades Espaciais brasileiro.

O desenvolvimento e a produção do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM) na indústria nacional devem ser assumidos como prioridade, com a destinação de recursos orçamentários compatíveis. Tal veículo é o ponto de partida para a autonomia prevista na Estratégia Nacional de Defesa. Adicionalmente, o VLM tem potencial comercial de atender a uma janela do mercado mundial.

Proposta: estabelecer programa para o desenvolvimento e a produção do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM), com a destinação de recursos orçamentários compatíveis.

Agroindústria e combustíveis renováveis

Regularização das aquisições de terras por empresas com capital estrangeiro

A dúvida levantada pela Advocacia Geral da União (Parecer AGU/LA - 01/2010) sobre a aplicação das restrições à aquisição de terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras inviabiliza esse tipo de investimento direto em projetos agroindustriais.

A insegurança jurídica abarca não só novos projetos que foram adiados, mas também iniciativas em andamento, que ficaram interrompidas diante da dúvida da validade das aquisições de terras no país.

Proposta: estabelecer um novo marco que elimine a discriminação entre empresas constituídas no Brasil com fundamento na nacionalidade de seus controladores ou de seus capitais, viabilizando a realização dos investimentos independentemente de licença ou aprovação prévia.

Regras de precificação e estímulo à utilização de combustíveis renováveis

O Brasil tem o programa mais bem-sucedido de substituição de combustível fóssil por combustível renovável no mundo, gerando benefícios socioambientais para o país. Esses benefícios devem ser considerados no momento da precificação dos combustíveis, valorizando as externalidades positivas da cadeia dos combustíveis renováveis.

Propostas:

- unificação em todo o país, pelo menor valor, da alíquota de ICMS cobrada sobre o etanol na bomba; e
- estabelecimento de metodologia para precificação dos combustíveis fósseis.

Estímulo à maior eficiência energética dos automóveis abastecidos com etanol

O programa Inovar-Auto é um instrumento importante para estimular o desenvolvimento de motores mais eficientes e limpos, estabelecendo metas de eficiência que deverão ser cumpridas pelos fabricantes de automóveis. Tais metas, contudo, mantêm inalterada a eficiência relativa entre os veículos abastecidos com etanol e com gasolina.

O programa poderia ir além, estimulando investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que aumentassem a eficiência do motor abastecido com etanol. Além de ampliar a competitividade do etanol, seria um instrumento de estímulo à inovação no país, pois se trata de uma tecnologia essencialmente brasileira.

Proposta: estabelecer no Inovar-Auto incentivo adicional para empresas que, além de atingirem a meta já prevista no programa, conseguirem reduzir o diferencial de eficiência existente entre os motores abastecidos com gasolina e aqueles abastecidos com etanol hidratado.

Alteração da mistura de biocombustíveis na gasolina e no diesel

A necessidade de importação de petróleo afeta negativamente a balança comercial brasileira. O governo pode reduzir essa dependência por meio da elevação da mistura de etanol anidro na gasolina e de biodiesel no diesel.

No caso do biodiesel, as indústrias processadoras de soja operam com ociosidade de cerca de 21 milhões de toneladas/ano, ou 37% da capacidade instalada. As unidades de produção de biodiesel trabalham com apenas 39% da sua capacidade e poderiam aumentar a produção em 5 bilhões de m³/ano.

O aumento da mistura obrigatória produziria importantes resultados em termos de novos investimentos, geração de empregos, redução das importações de diesel, redução das emissões de gases de efeito estufa, estímulo à agricultura familiar, entre outros⁵.

Propostas:

- aumentar o percentual de etanol anidro na gasolina de 25 para 27,5%;
- elevar a mistura obrigatória de biodiesel para 10% até 2020; e
- permitir misturas estaduais obrigatórias de biodiesel, valorizando a produção em regiões onde esse for mais competitivo que o diesel de origem fóssil.

Valorização da bioeletricidade

Os leilões de energia elétrica devem levar em consideração a diversidade da matriz energética brasileira, valorizando atributos ambientais, elétricos e econômicos advindos do uso da bioeletricidade.

A complementaridade da bioenergia com outras fontes contribuiu para aumentar a segurança do sistema elétrico brasileiro: a cana-de-açúcar gera mais energia no período de seca, quando os reservatórios das hidroelétricas apresentam níveis mais baixos.

⁵ Segundo dados da ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), o aumento da mistura de biodiesel para 10% até 2020 resultaria em: i) aumento do esmagamento de soja, no período, em 8,6 milhões de toneladas; ii) US\$ 1 bilhão em novos investimentos; iii) 18 mil novos empregos diretos e indiretos; iv) estímulo à agricultura familiar; v) redução das importações acumuladas de diesel em US\$ 7,2 bilhões anuais; vi) diminuição das emissões de gases de efeito estufa do diesel B vendido nas bombas em 3,6% (em relação ao B5); vii) melhoria da qualidade do ar, especialmente nos grandes centros urbanos; viii) incentivo ao reaproveitamento de resíduos como o óleo de fritura usado e o sebo bovino; ix) fomento à pesquisa agrícola e ao processamento industrial de oleaginosas.

Além disso, por ter sua produção distribuída pelo território nacional, tende a envolver menores custos de construção de novas linhas de transmissão. E ainda estimula as economias locais e a indústria nacional fornecedora de equipamentos para o setor.

Proposta: instituir um programa de contratação a partir de leilões diferenciados por fonte e região, levando em consideração a diversidade da matriz energética brasileira.

Assegurar isonomia tributária para fertilizantes

Os fertilizantes fabricados no Brasil apresentam desvantagem tributária quando comparados ao produto importado, pois enquanto este é isento de ICMS, o nacional é tributado nas operações interestaduais.

Proposta: desonerar a produção interna de fertilizantes e de respectivos bens minerais de ICMS, assegurando isonomia ao produto nacional frente ao importado.

Harmonização e redução dos custos cartoriais para registro de hipoteca e penhora

Os serviços cartoriais são necessários para realizar operações financeiras que envolvam registro de imóveis, hipotecas e penhor da safra. Tais custos variam de estado para estado, criando enormes assimetrias entre produtores agroindustriais, elevando o custo de produção e comprometendo a competitividade das empresas localizadas nos estados onde a cobrança é mais alta.

Proposta: harmonização e redução dos custos cartoriais para operações de crédito, hipoteca e penhor da safra, tomando como referência os estados que adotam as menores tarifas.

Bens de capital

Programa de modernização do parque industrial brasileiro

De acordo com avaliação Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), em razão do baixo nível dos investimentos ao longo das últimas décadas, o parque industrial brasileiro conta com máquinas e equipamentos com idade média muito elevada.

A renovação do parque industrial no arco médio de 20 anos, além de contribuir para o aumento da produtividade da indústria, geraria uma demanda adicional de bens de capital mecânicos fabricados no Brasil de R\$ 23 bilhões por ano⁶.

Proposta: montar um programa de incentivos à renovação do parque industrial, envolvendo estímulos fiscais e financiamento, priorizando bens de capital nacionais, com garantia de sucateamento das máquinas antigas.

Estimular investimentos em P,D&I

Para estimular investimentos em P,D&I no setor de bens de capital é necessário que os instrumentos de apoio estejam alinhados com as necessidades das empresas e com as estratégias de desenvolvimento.

Propostas:

- fomentar, por meio de estímulos fiscais e financeiros, a incorporação de tecnologia digital, eletrônica embarcada, microprocessadores com código fonte e/ou *software* dedicados desenvolvidos no Brasil, nos bens de capital mecânicos;
- usar o poder de compra do Estado para alavancar a inovação no setor de bens de capital; e
- estabelecer tratamento diferenciado para utilização da margem de preferência em compras públicas de bens resultantes de desenvolvimento tecnológico no país.

Fortalecer empresas nacionais de engenharia

Bens de capital sob encomenda enfrentam uma desvantagem competitiva quando os projetos básicos e de engenharia são realizados fora do país, privilegiando produtores estrangeiros em detrimento dos nacionais, pois as especificações costumam ser feitas com base nos fornecedores parceiros.

O fortalecimento das empresas de engenharia básica pode resultar em ampliação do conteúdo nacional inovador, com aumento da competitividade na disputa dos mercados interno e externo.

Propostas:

- incentivar a concepção e o desenvolvimento dos projetos de engenharia por empresas ou consórcios de empresas nacionais, com financiamento competitivo;

⁶ Fonte: ABIMAQ.

- fortalecer a estrutura de capital das empresas nacionais de engenharia para a contratação de projetos de grande porte;
- aumentar a previsibilidade da demanda interna por serviços de engenharia de projetos no país;
- utilizar o poder de compra do governo para o fortalecimento da engenharia nacional e para a aquisição de bens de capital em seus investimentos; e
- promover a cooperação entre as empresas nacionais de engenharia consultiva, complementando competências para aumentar o poder de competição.

Identificar fronteiras e atualização tecnológica na cadeia de bens de capital

A falta de atualização tecnológica compromete a produtividade e a competitividade da indústria. É fundamental fazer prospectivas tecnológicas que identifiquem as tecnologias que serão necessárias no futuro, para que o poder público possa apoiá-las desde o seu nascedouro.

Propostas:

- elaborar e implementar agendas tecnológicas setoriais para os setores estratégicos da cadeia de bens de capital;
- identificar setores estratégicos;
- elaborar estudos prospectivos para setores estratégicos em bens de capital;
- criar sistema de promoção para a comercialização de tecnologia e inovação nacionais, novas soluções e tendências estratégicas da área; e
- fomentar o desenvolvimento de fornecedores locais para a eliminação das lacunas tecnológicas e de suprimento.

Fomentar leilões de energia dedicados, levando em conta fontes e regiões específicas

o objetivo é tirar o melhor proveito possível das potencialidades disponíveis: pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) nas regiões Sudeste e Centro-Sul, biomassa no Sudeste, eólica no Nordeste e Sul, solar (no Nordeste e na faixa de região do Nordeste até o oeste paulista), estimulando, em seu conjunto, fabricantes de bens de capital sob encomenda voltados à produção de energia.

Proposta: fomentar leilões de energia dedicados, levando em conta fontes e regiões específicas e com cláusulas que estabeleçam contrapartidas de conteúdo local.

Brinquedos

Programa de modernização do parque industrial

O parque industrial do setor de fabricação de brinquedos encontra-se tecnologicamente desatualizado. A modernização das instalações, máquinas e equipamentos será fundamental para viabilizar ganhos de produtividade e elevar sua competitividade.

Proposta: estabelecer um programa de financiamento à renovação da indústria de brinquedos, com linhas adequadas às características do setor (sazonalidade, limites e prazos), contemplando a implantação, ampliação, recuperação e modernização de unidades produtivas, máquinas e equipamentos.

Manutenção e revisão da política tarifária para promoção da competitividade

A elevação da TEC dos produtos acabados para 35% foi importante para o setor e deve ser mantida. Medidas adicionais podem ser tomadas para reduzir os custos de aquisição de insumos e, assim, elevar a competitividade do setor, como a redução a 2% de imposto nas importações de partes, peças e componentes sem similar nacional.

Propostas:

- manter o nível da TEC para produtos acabados em 35%;
- incluir partes e peças para brinquedos na Lista de Exceções à TEC, reduzindo-a para 2% nos casos em que não houver fabricação nacional⁷; e
- revisar a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) de modo a abrir um número maior de posições da TEC para partes e peças para brinquedos, o que permitirá uma administração mais eficaz da política tarifária.

⁷ Segundo a ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), não há fabricação nacional de partes e peças para brinquedos.

Programa de design e prototipagem para brinquedos

No Brasil, o setor de brinquedos lança em média 1.600 novos produtos por ano⁸. Com uma taxa de lançamentos dessa magnitude, as atividades de *design* e desenvolvimento de protótipos e moldes assume importância crítica para a competitividade das empresas.

Propostas:

- apoiar o desenvolvimento de programas para a capacitação de *designers* de brinquedos; e
- criar linhas de financiamento para design, prototipagem e fabricação de moldes para brinquedos.

Combate à concorrência desleal

É preciso reforçar a fiscalização sobre produtos importados de maneira fraudulenta, como subfaturamento e emprego irregular de políticas de incentivo que têm causado grande prejuízo à indústria nacional e ao Estado.

Propostas:

- adotar medidas, nas aduanas, para combater o subfaturamento de preços de mercadorias importadas, que reduz artificialmente a tributação aplicável a esses produtos;
- fiscalizar e impedir a importação com imunidade fiscal de brinquedos equivocadamente classificados como livros-brinquedos; e
- aprimorar as regras para preços de transferência, especialmente quanto às empresas importadoras, a fim de restringir práticas que reduzem artificialmente os valores de brinquedos importados.

⁸ Fonte: Abrinq.

Complexo industrial da saúde

Regulação como indutora do desenvolvimento tecnológico

O complexo industrial da saúde é altamente regulado em todo o mundo e é importante que continue assim.

As agências reguladoras moldam as estratégias de negócio das empresas. Nesse contexto, além de uma ferramenta de controle do Estado sobre a segurança e a eficácia dos medicamentos e sobre o mercado, a regulação deve atuar para criar um ambiente de negócios seguro, previsível e competitivo, estimulando o investimento e a inovação. Para tanto, é importante que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) seja dotada dos recursos necessários e esteja articulada com as políticas de saúde e industriais do país, para desenvolver sua missão de forma eficiente.

O ambiente regulatório do setor vai muito além da ANVISA, envolvendo desde o sistema CEP/ CONEP até a Receita Federal. Medidas específicas para aprimorar a regulação do setor incluem:

- consolidar e aperfeiçoar a regulação sanitária para viabilizar a pesquisa, a inovação e a produção do Complexo Industrial da Saúde, garantindo previsibilidade, estabilidade e rapidez na análise dos processos de registro e pós-registro na ANVISA;
- aperfeiçoar o sistema de controle de preços de medicamentos, liberando desse controle todos os produtos sem prescrição, pois muitos já estão livres dessas regras;
- promover a atualização periódica da lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), com aperfeiçoamento das regras, e estimulando de maneira objetiva a inovação;
- adequar sistemática do PIS/COFINS, visando fomentar o lançamento de novos produtos, estabelecendo alíquota zero para todos os itens de tarja preta ou tarja vermelha, bem como produtos inovadores de interesse do SUS. Hoje, há uma lista de produtos sujeitos à isenção desses tributos, de modo que os inovadores têm desvantagem tributária por não constarem nessa listagem;
- equilibrar as cargas tributárias dos produtos de saúde nacionais e importados nas aquisições do poder público e de entidades de assistência social, desonerando os nacionais;
- apoiar a realização de pesquisa clínica no país: fortalecer o sistema CEP/CONEP e os procedimentos internos da ANVISA de forma a permitir o aprimoramento no tempo de

análise e aprovação de projetos de pesquisas clínicas, e agilizar procedimentos para importação de reagentes para uso laboratorial para viabilizar a pesquisa pré-clínica;

- apoiar o desenvolvimento dos Centros de Pesquisa Pré-clínica e Clínica no país, buscando fortalecer a cadeia produtiva local; e
- criar um instituto avançado de desenvolvimento da biotecnologia e estimular uma política de formação de recursos humanos para esse segmento.

Aprimorar o uso do poder de compra do Estado

- Adotar abordagem prospectiva, construindo, por meio do diálogo estruturado e permanente entre governo e setor privado, a estratégia de médio/longo prazo para a adoção de novas tecnologias em produtos para a saúde. O objetivo é sinalizar o futuro para que a indústria nacional possa estar preparada.
- Regulamentar a utilização da margem de preferência para o produto nacional também nas compras estaduais e municipais, tendo em vista o grande volume de compras realizadas por esses entes.
- Dar continuidade e aperfeiçoar as políticas públicas de apoio e desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde, conferindo segurança aos investimentos que vêm sendo feitos no setor.

Cadeia da construção

Programa para a industrialização da construção

Uma maior industrialização do processo construtivo é essencial para promover ganhos de escala e aumento da produtividade do setor, particularmente em projetos habitacionais de massa. Isso inclui uma maior padronização de componentes e a criação de estímulos para a modularização.

Hoje, a realização de muitas atividades no canteiro de obras é enquadrada como serviço, sendo sujeita apenas à cobrança de ISS, com alíquotas bastante reduzidas, quando não zeradas. A venda de componentes integrados, característica de um processo modular, envolveria a cobrança de ICMS, onerando a cadeia.

Propostas:

- promover uma reforma na tributação da cadeia da construção de modo a estimular a maior industrialização do setor; e
- constituir biblioteca de componentes padronizados.

Programa permanente de fomento à construção de moradias populares

- Criar um programa permanente de fomento à construção de moradias populares.
- Criar regras que atualizem o valor das moradias contempladas pelo programa com base na variação dos custos da construção civil, de modo a assegurar a atratividade desse mercado para as empresas de construção.

Financiamento

O modelo atual tem permitido que as instituições financeiras cumpram parte das exigências regulatórias de direcionamento de crédito à construção sem, no entanto, realizar operações reais de financiamento imobiliário.

Propostas:

- aumentar o percentual dos depósitos de poupança que efetivamente financiam a habitação, eliminando a possibilidade de aplicação em instrumentos financeiros incentivados que já estão consolidados no mercado; e
- ampliar as políticas de crédito com foco na aquisição de materiais de construção pelas famílias (Construcard).

Apoiar inovação e capacitação de mão-de-obra no setor

- Induzir, por meio da regulação aplicável ao setor, a adoção de novos materiais nos programas de fomento à construção de moradias.
- Aumentar a oferta de laboratórios de testes voltados ao setor de materiais de construção para fatores como fogo, acústica, durabilidade, entre outros. Hoje, há uma longa espera por esses testes, o que eleva os custos e prazos, obrigando o setor a realizá-los no exterior.
- Criar programas específicos de capacitação e de valorização dos profissionais da construção.

Combater importações fraudulentas e fora de conformidade

- Fortalecer a fiscalização da Receita Federal, de modo a impedir a liberação, nos portos, de produtos importados irregularmente (fraude fiscal) ou que não atendam às normas técnicas e regulamentos brasileiros.

Cadeia de petróleo e gás

Promover isonomia tributária entre fornecedores nacionais e estrangeiros

O Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro) tem papel fundamental na desoneração dos investimentos destinados à exploração de petróleo e gás no Brasil. Em virtude de disfunções do sistema tributário brasileiro, o Repetro termina por criar uma vantagem para bens importados em relação à produção doméstica. É uma situação contraditória à exigência de conteúdo local aplicada ao setor.

Proposta: estender os benefícios do Repetro para toda a cadeia produtiva de petróleo e gás, assegurando a desoneração completa dos bens produzidos no país e garantindo isonomia com as importações realizadas sob amparo desse regime.

Promover o adensamento da cadeia fornecedora e agregar tecnologia ao conteúdo local brasileiro

Propostas:

- Fomentar o desenvolvimento da engenharia básica brasileira: A engenharia básica ou projeto básico é um elo fundamental na cadeia do desenvolvimento tecnológico e tem forte influência sobre o conteúdo local. Por se tratar da fase na qual as grandes ou as mais importantes decisões são tomadas, o local onde o projeto básico é executado tem forte influência nas características da futura unidade, uma vez que os engenheiros tomam por referência a capacidade e a capacitação do mercado supridor de materiais e equipamentos que mais conhecem, isto é, o mercado local.
- aprimorar as regras de aferição de conteúdo local para valorizar produtos com tecnologia desenvolvida no país. O modelo atual não diferencia produtos com tecnologia desenvolvida no país daqueles apenas manufaturados localmente. O governo já opera um sistema semelhante para bens de informática (Portaria MCT 950, de 2006),

que poderia ser adaptado para o setor de petróleo e gás. Adicionalmente, uma maior focalização da política de conteúdo local em itens de maior valor agregado e conteúdo tecnológico poderia dar mais previsibilidade para a demanda, estimulando a realização de investimentos pela indústria nacional; e

- compatibilizar os instrumentos de fomento à oferta (regulatórios, fiscais e financeiros) com os de estímulo à demanda (política de conteúdo local).

Estimular o desenvolvimento tecnológico da cadeia

Há recursos para P,D&I no setor de petróleo e gás, mas a aplicação desses recursos não tem sido capaz de gerar produtos inovadores.

Propostas:

- revisar a regulamentação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para viabilizar que os recursos da cláusula contratual⁹ sejam direcionados às atividades de P,D&I conduzidas diretamente pelas empresas da cadeia, como parte de programas de inovação liderados pelos operadores;
- considerar, nas políticas de incentivo à P,D&I, não apenas o capital fixo (equipamentos, instalações), mas também a operação, admitindo gastos de custeio e capital e *overheads* institucionais compatíveis com os custos indiretos de tais atividades;
- mapear demandas tecnológicas não atendidas internamente para formação de parcerias tecnológicas entre empresas brasileiras e estrangeiras; e
- diversificar os instrumentos de apoio à P,D&I com foco na capacitação tecnológica das empresas.

⁹ Provenientes de 1% da Receita Bruta da Produção nos casos em que for devida a Participação Especial (PE), conforme previsto na Cláusula Contratual regulamentada pela Resolução ANP 33/05.

Complexo eletroeletrônico e TICs

Desenvolvimento de componentes para programas estratégicos

É preciso utilizar programas mobilizadores para induzir o desenvolvimento de fornecedores em segmentos estratégicos, como ocorre no Programa Nacional de Banda Larga.

Como exemplo, podem ser citadas oportunidades ligadas ao que tem sido chamado “Internet das coisas”, que inclui o conceito de redes elétricas inteligentes (*smart grid*). A operacionalização de programas dessa natureza pode ser feita de modo a fomentar o desenvolvimento tecnológico de fornecedores de componentes do setor de tecnologia da informação e da comunicação (TICs).

Há, também, oportunidades ligadas aos investimentos previstos para a exploração de petróleo e gás, saúde, educação, defesa e segurança, entre outros.

Propostas:

- criar o Programa de Adensamento da Cadeia Produtiva (PACE), visando maior desoneração para os componentes contemplados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS) e novas desonerações para outros componentes estratégicos (não incluídos no PADIS); e
- estender o PADIS para novos componentes estratégicos, como displays de LED e LCD, e ampliar seus incentivos.

Criar melhores condições para atração de investimentos para a manufatura de displays e circuitos integrados de alta complexidade

- Aperfeiçoar o marco regulatório e intensificar ações de atração de investimento com foco na produção de *displays* de maior resolução e tamanho (acima de 30 polegadas e ao menos 1.920 x 1.080 pixels de resolução padrão).
- Tornar progressivos os benefícios setoriais e regionais atrelados ao Processo Produtivo Básico (PPB) no intuito de atrair e incrementar a produção nacional dos insumos necessários ao setor.

Estimular o desenvolvimento de software embarcado

Estabelecer uma política específica para fomentar o desenvolvimento de *software* embarcado no Brasil, incluindo-o no PPB¹⁰.

Com o aumento da participação dos serviços no valor final dos bens eletroeletrônicos de alta tecnologia, a importância das etapas de montagem na cadeia global de valor é cada vez menor. A legislação brasileira está defasada e precisa ser adaptada a essa nova realidade, dando maior valor à fase de desenvolvimento e adição do *software* embarcado nos produtos, alavancando maior desenvolvimento do setor.

Proposta: ampliar o conceito de valor agregado local para abranger toda a cadeia de valor de uma solução de TIC, incluindo, por exemplo, insumos, manufatura, *hardware*, *software* embarcado, aplicativos, engenharia de sistemas e integração de soluções.

Incentivo ao investimento e à inovação

O papel do BNDES é fundamental para o financiamento de clientes para as compras de produtos das empresas de TICs, adensando a cadeia nacional. De forma semelhante, os editais da Finep devem trabalhar com limites mais baixos de modo a permitir a participação de pequenas e médias empresas (PMEs), cujo papel no setor de *software* é muito relevante.

Propostas:

- melhorar as condições do Prosoft/BNDES para que este realize mais operações; e
- adotar limites mais baixos nos editais da Finep de modo a permitir a participação de PMEs.

Aprimoramento da portaria mct nº 950/06

Aprimorar a Portaria MCT nº 950/06, que estabelece critérios para a classificação de produtos com tecnologia desenvolvida no país, de modo a considerar o benefício nas diversas etapas de produção, partes/peças e *software* que agreguem valor ao produto final.

¹⁰ Segundo dados da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), *software* embarcado é alvo de 6% das empresas de TI, o menor percentual entre os países Iberoamericanos.

Indústria da mineração

Promover o adensamento da cadeia produtiva da mineração

A demanda gerada pelos investimentos previstos no setor minerário para os próximos anos tem potencial para alavancar o desenvolvimento da cadeia produtiva dessa indústria. Uma política de estímulo ao adensamento da cadeia deve ter como base uma avaliação criteriosa das oportunidades de ampliação do conteúdo local, levando em consideração a competitividade do setor.

Proposta: realizar o mapeamento da cadeia de fornecedores de bens e serviços da mineração com o objetivo de identificar oportunidades para o aumento competitivo do conteúdo local.

Fortalecer o Departamento Nacional De Produção Mineral (DNPM)

Ao DNPM são destinados 10% do total dos recursos arrecadados com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). No entanto, o governo vem contingenciando o orçamento do órgão, prejudicando o cumprimento da sua função legal de gerir o patrimônio mineral do país e, assim, desacelerando a realização das políticas públicas setoriais.

A proposta de Marco Legal da Mineração transforma o DNPM em agência reguladora, mas a preocupação permanece a mesma: o órgão responsável pela regulação do setor deve dispor dos recursos humanos e financeiros necessários para cumprir sua missão de forma eficiente, para não comprometer o ritmo dos investimentos do setor.

Proposta: não contingenciar recursos orçamentários com destinação específica ao DNPM (ou à agência reguladora do setor, conforme proposta do Novo Marco Legal da Mineração) e direcionar os recursos da CFEM exclusivamente para o desenvolvimento do setor.

Aumentar a oferta doméstica de insumos para fabricação de fertilizantes

O mercado brasileiro é deficitário nos principais insumos para a fabricação de fertilizantes. No caso do potássio, o déficit chega a 90%, e do fosfato, a 50%¹¹. O aumento da oferta desses componentes contribuirá para o desenvolvimento do setor mineral, com desdobramentos positivos também para a agroindústria.

¹¹ Fonte: IBRAM.

É necessário, ainda, o desenvolvimento de políticas e processos como a rochagem, que promovam o uso de rochas e minerais que favorecem e reestruturam as condições físicas do solo, pois proporcionam quantidades apreciáveis de nutrientes como fósforo, potássio, cálcio, magnésio, zinco, entre outros.

Propostas:

- estimular a ampliação da capacidade nacional de produção de fosfato, potássio, corretivos agrícolas e micronutrientes nas fontes tradicionais e intensificar estudos buscando fontes alternativas de rochas que possuam concentrações relevantes de potássio ou fosfato; e
- normatizar a adição de rochas e minerais para a remineralização dos solos que foram empobrecidos por processos naturais ou antrópicos.

Assegurar isonomia tributária para fertilizantes

Os fertilizantes fabricados no Brasil apresentam desvantagem tributária quando comparados ao produto importado, pois enquanto este é isento de ICMS, o nacional é tributado nas operações interestaduais.

Proposta: desonerar a produção interna de fertilizantes e de respectivos bens minerais de ICMS, assegurando isonomia ao produto nacional frente ao importado.

Sistema de licenciamento ambiental específico para o setor mineral

O conhecimento e o acesso aos recursos minerais sempre foram considerados fundamentais ao atendimento de demandas de natureza social e econômica, incluída a manutenção da qualidade de vida humana. Todavia, a atividade de mineração, por força das peculiaridades do setor, como a própria rigidez locacional das jazidas minerais, demanda procedimentos próprios para o licenciamento ambiental.

Nesse contexto, a integração e harmonização das legislações minerária e ambiental pressupõem a edição de regras nacionais, de caráter geral, específicos ao setor.

Proposta: construir novo regime para o licenciamento ambiental dos projetos de mineração, que harmonize os procedimentos de licenciamento e que garanta a acessibilidade aos recursos minerais, de modo a contribuir para o processo de desenvolvimento da indústria mineral brasileira.

Desenvolvimento da produção de rochas e minerais para fornecimento de matérias-primas para a construção

Em face do crescimento das áreas urbanas e do déficit habitacional no país, além das fortes demandas de infraestrutura, é necessário estimular a produção de bens minerais agregados (areia e brita), além de calcários para cimento, argilas para cerâmica vermelha e de revestimento, e alumínio.

Propostas:

- reduzir a carga tributária da “cesta básica da construção”, desonerando o ICMS da produção de matérias-primas minerais para a construção, que inclui agregados (areia e brita), calcários para cimento, argilas para cerâmica vermelha e de revestimento, e alumínio; e
- promover o planejamento da mineração nos municípios e/ou aglomerados urbanos, financiando estudos de ordenamento territorial para as diversas formas de uso do solo, especificamente para a mineração, bem como a realização de planos diretores municipais e de mineração, e o aprimoramento das legislações municipais e estaduais de modo a garantir a possibilidade legal de aproveitamento de áreas potencialmente produtoras desses minerais.

Papel e celulose

Combate a fraudes fiscais na utilização de papel imune

Essa medida diz respeito à imunidade fiscal conferida pela Constituição Brasileira ao papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Considerável volume de papel tem sido importado e vendido no mercado brasileiro sem a incidência de quaisquer impostos e, de forma fraudulenta, destinado a outras finalidades, especialmente à produção de impressos comerciais e outros produtos não abrangidos pela imunidade.

Além de gerar cerca de R\$ 500 milhões ao ano de prejuízo aos cofres públicos, resulta em concorrência desleal com a produção nacional, tributada a alíquotas de aproximadamente 40%¹².

¹² Fonte: Bracelpa

Para trazer equilíbrio a esse mercado, é essencial a aplicação das normas e a intensificação da fiscalização e do controle da atribuição de imunidade ao papel. Sugere-se, para tanto:

- Maior rigor no credenciamento dos contribuintes que operam com o papel imune, impedindo que o registro especial seja obtido por empresas de fachada que não fornecem papel nem fazem a impressão de livros, jornais e periódicos;
- Ações de fiscalização da destinação final do papel, controlando todas as etapas da cadeia produtiva do papel para a impressão de livros, jornais e periódicos;
- Redução dos impostos sobre os papéis destinados a finalidades comerciais, reduzindo a vantagem econômica da fraude fiscal. A carga tributária atual permite margem de lucro de 60%¹³ no caso de importação de papel com imunidade, inviabilizando a concorrência com as empresas éticas do mercado.

Regularização das aquisições de terras por empresas com capital estrangeiro

A dúvida levantada pela Advocacia-Geral da União, em parecer de 2010 (Parecer AGU/LA - 01/2010), sobre a aplicação das restrições à aquisição de terras por estrangeiros às pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, inviabiliza o investimento estrangeiro direto projetos agroindustriais.

A insegurança jurídica abarca não só novos projetos que ficaram retardados, mas também projetos em andamento, que ficaram sobrestados diante da dúvida da validade das aquisições de terras no país.

Proposta: estabelecer um novo marco que elimine a discriminação entre empresas constituídas no Brasil com fundamento na nacionalidade de seus controladores ou de seus capitais, viabilizando a realização dos investimentos independentemente de licença ou aprovação prévia.

Política nacional de resíduos sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) prevê a edição de regulamento, acordo setorial ou termo de compromisso para determinar a criação de sistema de logística reversa de embalagens aos seus fabricantes e empresas usuárias. As propostas de regulamentação preveem a adoção de metas de redução da fração seca das embalagens dispostas em aterro, mediante o incremento dos índices de reciclagem, entre outras medidas.

Para o cumprimento dessas metas, é fundamental que sejam estabelecidos incentivos econômicos às indústrias recicladoras. É necessário, ainda, que se tenha em conta os limites

¹³ Fonte: Bracelpa.

técnicos ao acréscimo da reciclagem de embalagens de papel, haja vista a importância da garantia de qualidade das embalagens para a competitividade da indústria nos mercados nacional e internacional. Além disso, é importante considerar que a fibra virgem para a fabricação de papel é, no Brasil, totalmente renovável, exclusivamente proveniente de florestas plantadas sustentáveis.

Propostas:

- reduzir tributação para a ampliação da sua capacidade instalada, melhoria dos processos e tecnologias de reciclagem; e
- diminuir carga tributária incidente sobre as cadeias de reciclagem em geral, inclusive mediante a concessão de créditos presumidos de impostos e contribuições.

Criação de mercado de carbono no Brasil

Uma das principais ferramentas das políticas de mudanças climáticas é o mercado de compensação de emissões de carbono. As florestas plantadas de crescimento vegetativo rápido são importantes sumidouros de carbono, que sequestram o carbono atmosférico com alto rendimento para a produção de fibras e energia de múltiplos usos. É fundamental o reconhecimento desse benefício, possibilitando a comercialização do crédito de carbono absorvido pelas florestas plantadas.

Proposta: criação de mercado de carbono no Brasil, para aproveitamento dos créditos gerados pelas florestas plantadas.

Química e plásticos

Política para o gás natural como matéria-prima

Além de seu uso como fonte de energia, o gás é utilizado como matéria-prima da indústria química em diversos processos. Em alguns deles, como na produção de ureia, amônia e metanol, não é possível empregar matérias-primas substitutas.

No contexto atual, com preços de energia muito elevados, o gás natural no Brasil tem sido direcionado para a geração de energia, inviabilizando investimentos na indústria química brasileira e enfraquecendo sua posição competitiva no mercado internacional. Essa situação é agravada pelo fenômeno do gás não convencional norte-americano (*shale gas*), que barateou o gás nos EUA e elevou a competitividade da sua indústria.

A Lei do Gás¹⁴ atribui ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a responsabilidade de “propor (...) políticas nacionais e medidas específicas destinadas a estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria-prima (...) mediante a regulamentação de condições e critérios específicos, que visem a sua utilização eficiente e compatível com os mercados interno e externos”, mas isso nunca foi feito.

Propostas:

- implantar uma política competitiva para viabilizar o uso de gás natural como matéria-prima pela indústria química, garantindo segurança de oferta e preços competitivos, com contratos de prazos adequados para viabilizar os investimentos; e
- considerar explicitamente o setor químico no planejamento energético do país, incentivando a cogeração e garantindo a oferta de matérias-primas e energia, para possibilitar investimentos de longo prazo.

Implantar o Reiq inovação

O Regime Especial da Indústria Química para a Inovação (REIQ Inovação) tem o objetivo de apoiar as atividades de P,D&I no setor químico, com foco no desenvolvimento de produtos com base em matérias-primas renováveis, tornando o Brasil líder mundial no setor.

A indústria química brasileira investe atualmente 0,6% de seu faturamento em P&D, bem abaixo da média mundial, que gira em torno de 2,5%¹⁵. Analisando a pauta de importações e exportações, o país importa produtos que custam, na média, quase três vezes mais do que os que são exportados. A inovação é fator decisivo para aumentar a competitividade da indústria química e também de suas indústrias clientes.

A proposta é desonerar o imposto sobre produtos importados (IPI) e o PIS/Cofins de produtos fabricados com insumos de origem renovável, o que poderia ser certificado por mecanismos a serem definidos. Além disso, todos os produtos que resultem de desenvolvimentos tecnológicos realizados no Brasil devem ser beneficiados com as mesmas desonerações. A certificação desses processos deve ser realizada por meio de mecanismos a serem operacionalizados pelos organismos competentes.

¹⁴ Lei nº 11.909/2009, art. 58.

¹⁵ Fonte: ABIQUIM.

Como contrapartida adicional à redução do PIS/Cofins, a indústria ficaria obrigada a investir parte do faturamento oriundo dos produtos incentivados em P&D, a exemplo do que ocorre com a Lei de Informática.

Os recursos para atividades de P&D pré-competitivo precisam de tratamento especial, como o que existe em outros países. Esse tipo de atividade envolve riscos consideráveis e as indústrias necessitam de apoio específico de forma a compartilhá-los. Para isso, propõe-se a criação de linhas de financiamento subvencionadas para a construção de plantas-piloto.

Propostas:

- implantar o REIQ Inovação; e
- criar linhas de financiamento subvencionadas para a construção de plantas-piloto.

Estímulo à utilização de matéria-prima reciclada

Para estimular a utilização de matéria-prima reciclada no setor de transformados plásticos, em linha com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é preciso criar mecanismos que permitam a inserção do reciclador de material plástico na cadeia de valor do setor, e que promovam a maior formalização das empresas do segmento e estimulem a melhoria da qualidade da matéria-prima reciclada de plástico.

Propostas:

- criar identidade tributária para o produto reciclado plástico, pois a resina plástica reciclada é classificada na mesma posição da NCM/TIPI das matérias-primas virgens¹⁶;
- conceder crédito presumido sobre uso de material plástico reciclado como matérias-primas, pois o segmento de reciclagem de plástico tem a peculiaridade de contar com o “reciclador” (o agente que compra a sucata e a transforma em material reciclado). O crédito presumido deve ser estendido para a venda dessa matéria-prima;
- incluir as indústrias recicladoras de material plástico na desoneração da folha de pagamentos¹⁷; e

¹⁶ Posições 3901 a 3914.

¹⁷ Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST), a medida beneficiaria o segmento com redução de 40% no volume pago em contribuições previdenciárias.

- financiar, com acesso facilitado e baixo custo, empresas de reciclagem, para que se possa ampliar a capacidade de produção, o índice de reciclagem e a qualidade do produto reciclado plástico.

Estender a desoneração do PIS/Cofins de matérias-primas para a 3ª geração petroquímica

Propostas:

- incluir a indústria de plástico como beneficiária da redução da alíquota do PIS/Cofins incidente sobre as matérias-primas, ampliando a nova alíquota para a chamada indústria de terceira geração e criando instrumento que evite o acúmulo de créditos fiscais na segunda geração; e
- promover a desoneração do PIS/Cofins para reciclados plásticos, de forma a incentivar a reciclagem.

Programa de modernização do parque industrial do setor de transformados plásticos

Implantar centros de ferramentaria, que podem estar associados a escolas técnicas, para a prestação de serviços a pequenas e médias empresas. Essas empresas têm na renovação de seu ferramental uma de suas principais fontes de custo, particularmente para ferramentas de injeção de plástico.

O serviço poderia ser prestado utilizando equipamentos de uso didático (laboratórios), instrutores e alunos, com benefícios que incluam: a) contribuição para a formação dos alunos; b) aumento da utilização dos equipamentos existentes; c) renovação de equipamentos; e d) apoio às PMEs.

Proposta: implantar centros de ferramentaria para o setor de transformados plásticos.

Estímulo ao investimento na indústria química

O Regime Especial da Indústria de Produtos Químicos (Repequim) tem o objetivo de viabilizar a realização de investimentos no setor químico (US\$ 167 bilhões em 10 anos¹⁸), que se encontram represados em função do cenário de baixa competitividade da economia. Além disso, o custo dos investimentos no Brasil supera o de alguns países com os quais concorreremos em mais de 30%, em média¹⁹.

¹⁸ Estimativa ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química)

¹⁹ Estimativa ABIQUIM

Tais investimentos serão fundamentais para aumentar a capacidade produtiva local de maneira a reverter o déficit comercial, aproveitando-se as oportunidades decorrentes da exploração de matérias-primas do pré-sal, do potencial do gás não convencional e do crescimento da economia brasileira; além de apoiar sua transição para o universo da química verde e da sustentabilidade, incentivando a utilização de matérias-primas de origem renovável.

O programa compreende a suspensão da aplicação de IPI e das contribuições para o PIS/PASEP e Cofins dos bens e serviços adquiridos em projetos de investimento, com redução das alíquotas correspondentes após a sua efetiva incorporação ao ativo imobilizado das empresas beneficiárias do regime. Serão considerados apenas os novos investimentos em capacidade produtiva, tais como: implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos.

Proposta: implantar regime especial para estimular novos investimentos no setor.

Programa de capacitação de mão de obra para o setor de plásticos

Proposta: realizar projetos de abrangência regional para a qualificação de mão de obra para o setor de plásticos, cujas demandas são delimitadas pelo tipo de produto fabricado em cada região (de acordo com a distribuição dos polos produtivos) e pelo processo produtivo empregado (injeção, sopro etc.).

Equalização do IPI na cadeia petroquímica

Proposta: elevar o IPI na segunda geração e reduzir a alíquota para o segmento de transformados plásticos, para produtos com alíquotas mais altas, com o objetivo de diminuir a informalidade do setor.

Têxtil e calçados

Regime tributário competitivo para a confecção – RTCC

A participação das importações no mercado brasileiro de confecção de vestuário passou de 1,3%, em 2003, para 9%, em 2012²⁰. Em consequência, a produção nacional do setor vem

²⁰ Fonte: Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (ABIT)

sofrendo redução: caiu 10,4% entre 2011 e 2012. Não há, no horizonte previsível, nenhum fator que indique uma possível mudança nesse cenário.

Proposta: criação de um Regime Tributário Competitivo para a Confecção (RTCC) capaz de desonerar a produção nacional e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias.

Implementar agenda tecnológica setorial (ATS) do setor têxtil e confecção e elaborar ATS para o setor de calçados

O objetivo da ATS é o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de produto e processo, importantes para permitir o desenvolvimento do setor em longo prazo.

A agenda do setor têxtil e de vestuário inclui temas como: tecnologia de materiais, processos e produtos têxteis com novas funcionalidades; materiais têxteis de alto desempenho e tecnologias de integração de componentes eletrônicos e fotônicos aos artigos têxteis; desenvolvimento de estratégias produtivas; produção sustentável, entre outros.

Propostas:

- implementar ATS do setor têxtil e confecção; e
- elaborar ATS para o setor de calçados.

Estímulo ao investimento e inovação por meio de compras governamentais

Proposta: utilizar o instrumento de compras governamentais, com emprego da margem de preferência (Lei nº 12.349), para estimular a fabricação de bens com maior conteúdo tecnológico, incrementando a inovação. Exemplos incluem tecidos bactericidas, antiaderentes e antimanchas para aplicação no setor médico-hospitalar, tecidos especiais antiestáticos, e produtos para o setor de defesa.

Promoção e desenvolvimento de mercado

Propostas:

- estender o Projeto *Branding*, que prevê a gestão de marca, desde a sua criação, incluindo sua estratégia de comunicação, com foco no mercado interno (*design*, sustentabilidade, marca, promoção comercial e inovação). e
- divulgar e promover marcas brasileiras em todos os grandes eventos internacionais realizados no Brasil, e em eventos no exterior nos quais haja participação expressiva do Brasil.

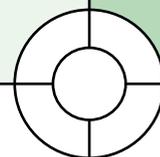
Negociar acordos comerciais

Proposta: negociar acordos comerciais com os EUA, União Europeia, Japão e México, além de aprofundar os já existentes com os países da América Latina.

Isonomia regulatória

Produtos importados não estão sujeitos à mesma fiscalização sobre o cumprimento das normas e regulamentos técnicos imposta aos produtos nacionais. Enquanto os produtos nacionais são verificados na fábrica e no varejo, os importados o são apenas no varejo, quando o produto já está muito pulverizado no mercado.

Proposta: instituir fiscalização dos órgãos competentes pela respectiva norma ou regulamento técnico nos pontos de entrada dos produtos importados no Brasil (portos, aeroportos, postos de fronteira), baseada em parametrização por amostragem e risco. Com isso, seria possível uma fiscalização muito mais eficaz, com baixos impactos nos procedimentos de comércio exterior e com isonomia em relação à indústria nacional.



LISTA DAS PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA AS ELEIÇÕES 2014

- 1 Governança para a competitividade da indústria brasileira
- 2 Estratégia tributária: caminhos para avançar a reforma
- 3 Cumulatividade: eliminar para aumentar a competitividade e simplificar
- 4 O custo tributário do investimento: as desvantagens do Brasil e as ações para mudar
- 5 Desburocratização tributária e aduaneira: propostas para simplificação
- 6 Custo do trabalho e produtividade: comparações internacionais e recomendações
- 7 Modernização e desburocratização trabalhista: propostas para avançar
- 8 Terceirização: o imperativo das mudanças
- 9 Negociações coletivas: valorizar para modernizar
- 10 Infraestrutura: o custo do atraso e as reformas necessárias
- 11 Eixos logísticos: os projetos prioritários da indústria

- 12 Concessões em transportes e petróleo e gás: avanços e propostas de aperfeiçoamentos
- 13 Portos: o que foi feito, o que falta fazer
- 14 Ambiente energético global: as implicações para o Brasil
- 15 Setor elétrico: uma agenda para garantir o suprimento e reduzir o custo de energia
- 16 Gás natural: uma alternativa para uma indústria mais competitiva
- 17 Saneamento: oportunidades e ações para a universalização
- 18 Agências reguladoras: iniciativas para aperfeiçoar e fortalecer
- 19 Educação para o mundo do trabalho: a rota para a produtividade
- 20 Recursos humanos para inovação: engenheiros e tecnólogos
- 21 Regras fiscais: aperfeiçoamentos para consolidar o equilíbrio fiscal
- 22 Previdência social: mudar para garantir a sustentabilidade
- 23 Segurança jurídica: caminhos para o fortalecimento
- 24 Licenciamento ambiental: propostas para aperfeiçoamento
- 25 Qualidade regulatória: como o Brasil pode fazer melhor
- 26 Relação entre o fisco e os contribuintes: propostas para reduzir a complexidade tributária
- 27 Modernização da fiscalização: as lições internacionais para o Brasil
- 28 Comércio exterior: propostas de reformas institucionais
- 29 Desburocratização de comércio exterior: propostas para aperfeiçoamento
- 30 Acordos comerciais: uma agenda para a indústria brasileira
- 31 Agendas bilaterais de comércio e investimentos: China, Estados Unidos e União Europeia
- 32 Investimentos brasileiros no exterior: a importância e as ações para a remoção de obstáculos
- 33 Serviços e indústria: o elo perdido da competitividade
- 34 Agenda setorial para a política industrial
- 35 Bioeconomia: oportunidades, obstáculos e agenda

- 36 Inovação: as prioridades para modernização do marco legal
- 37 Centros de P&D no Brasil: uma agenda para atrair investimentos
- 38 Financiamento à inovação: a necessidade de mudanças
- 39 Propriedade intelectual: as mudanças na indústria e a nova agenda
- 40 Mercado de títulos privados: uma fonte para o financiamento das empresas
- 41 SIMPLES Nacional: mudanças para permitir o crescimento
- 42 Desenvolvimento regional: agenda e prioridades

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Robson Braga de Andrade
Presidente

Diretoria de Políticas e Estratégia

José Augusto Coelho Fernandes
Diretor

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor

Diretoria de Relações Institucionais

Mônica Messenberg Guimarães
Diretora

Diretoria de Educação e Tecnologia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor

Julio Sergio de Maya Pedrosa Moreira
Diretor Adjunto

Diretoria Jurídica

Hélio José Ferreira Rocha
Diretor

Diretoria de Comunicação

Carlos Alberto Barreiros
Diretor

Diretoria de Serviços Corporativos

Fernando Augusto Trivellato
Diretor

CNI**Diretoria de Desenvolvimento industrial – DDI**

Carlos Eduardo Abijaodi

Diretor Desenvolvimento industrial

Gerência Executiva de Política Industrial – GEPI

João Emilio Padovani Gonçalves

Gerente-Executivo de Política Industrial

Gustavo Ferreira

Equipe Técnica

Mário Sergio Salerno

Celso dos Santos Fonseca

Tatiane Bottan

Leonardo Melo Lins

Consultores

Coordenação dos projetos do Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022**Diretoria de Políticas e Estratégia – DIRPE**

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor de Políticas e Estratégia

Renato da Fonseca

Mônica Giágio

Fátima Cunha

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP

Carla Gonçalves

Gerente Executiva

Walner Pessoa

Produção Editorial

Gerência de Documentação e Informação - GEDIN

Mara Lucia Gomes

Gerente de Documentação e Informação

Alberto Nemoto Yamaguti

Normalização

Ideias, Fatos e Texto Comunicação e Estratégias

Edição e sistematização

Denise Goulart

Revisão gramatical

Grifo Design

Projeto Gráfico

Editorar Multimídia

Editoração

Mais Soluções Gráficas

Impressão



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA